



O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA PERSPECTIVA DA CONTEXTUALIZAÇÃO

Autora: Jéssica Moreira Alves;

Profletras – Universidade estadual da Paraíba – jeskneves@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins

Universidade Estadual da Paraíba – junolins@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo teve como objetivo discutir o ensino de Língua Portuguesa (LP) aderindo à perspectiva da contextualização, considerando a concepção sociointeracionista da linguagem. O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico subsidiada pela apresentação de uma proposta de aula contextualizada, cuja base teórica está pautada nas contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), nos estudos de Bakhtin (1999), Antunes (2003, 2007, 2014), Brosseau (1996) e Pavanello (2004). Defendemos que o processo de contextualização das aulas de língua materna, de forma que o discurso escolar dialogue com a realidade dos educandos, é de extrema importância para a adequação do ensino formal às necessidades dos alunos (as) oriundos dos mais diversos contextos sociais, visto que a democratização do acesso à escola é uma resposta às reivindicações das camadas populares por condições educacionais. Infelizmente, os docentes de LP que, na maioria das vezes, preferem o ensino tradicional, pautado exclusivamente na Gramática Normativa, contribuindo para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem excludente e, conseqüentemente, para o fracasso escolar. Concluímos que, no atual contexto histórico brasileiro, é necessário que o professor busque reconhecer a heterogeneidade da nossa língua e o caráter dialógico da linguagem e, a partir disto, desenvolva um processo de ensino-aprendizagem de acordo com as reais necessidades de interação dos educandos.

Palavras-chave: Contextualização; Língua Portuguesa; Dialogismo.

Introdução

Muitas discussões relacionadas às práticas pedagógicas que estruturam o ensino de Língua Portuguesa permeiam o âmbito acadêmico nos dias atuais. Dentre esses debates, constantemente desenvolvidos, a necessidade de contextualização dos conteúdos e práticas de ensino, característicos da abordagem escolar, vem mostrando-se cada vez mais contundente quando se questiona a qualidade do ensino no nosso país.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a preocupação em torno do ensino de Língua Portuguesa (LP) tem ocupado o cerne dos debates sobre a obrigação de melhorar a qualidade educacional brasileira desde a década de 70. Porém, somente a partir da década de 80, estabeleceu-se uma nova crítica acerca do ensino de língua materna pautada em estudos linguísticos mais aprimorados e insubmissos à tradição normativa gramatical, gerando novas reflexões sobre os usos e funcionalidades da língua, bem como sobre as possíveis abordagens em sala de aula.

Essa preocupação surge devido aos altos índices de evasão e repetência escolar comprovando o fracasso do sistema de ensino. Entretanto, atualmente, este problema continua evidente na maior parte das escolas brasileiras. No ano de 2011, por exemplo, segundo dados coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a taxa de reprovação dos alunos no ensino médio foi de 13,1 %, a maior registrada no nosso país desde 1999. Já o Relatório de Desenvolvimento referente ao ano de 2012, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), indica que o Brasil apresentou uma taxa de 24,3 % de evasão escolar, a terceira maior entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Detendo-se mais especificamente ao processo de ensino-aprendizagem de LP, observamos que o Programa Nacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), no ano de 2012, avaliou a competência leitora dos estudantes brasileiros em 410 pontos, implicando 55ª posição do ranking envolvendo 60 países. Já o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014, registrou uma média de apenas 507,9 com relação à proficiência na prova objetiva de Linguagem Códigos e suas Tecnologias, além de 529.374 candidatos cujas redações foram zeradas, o que representou 8,5 % dos participantes.

A partir dos dados apresentados, torna-se indispensável continuarmos discutindo as questões relativas ao ensino de LP que geram o fracasso escolar. Apesar de estarmos envolvidos por um longo contexto histórico, marcado por conflitos e reflexões variadas acerca do entendimento dos processos educativos formais, ou seja, da educação escolar, e de como estes devem incidir sobre os sujeitos sociais, ainda não predomina, na maior parte das escolas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

brasileiras, um processo de ensino-aprendizagem que contribua eficientemente para uma formação linguística genuína em língua materna.

Deste modo, o presente artigo tem por objetivo discutir as atuais práticas – ainda baseadas no modelo tradicional - de ensino em LP, contrapondo-as à concepção interacionista da linguagem, à medida que destacamos as proposições elencadas pelos PCN e, pelos estudos de alguns teóricos como Bakhtin (1999), Antunes (2003, 2007, 2014), Brosseau (1996) e Pavanello (2004).

Metodologia

Como aporte metodológico, uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, subsidiada pela apresentação de uma proposta de aula contextualizada. Optou-se por este tipo de pesquisa visto que, como afirma Gil (2010) “o cientista social lida com variáveis de difícil quantificação.”, desse modo a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador avaliar os fatos sociais conforme sua base de valores pessoais. Por outro lado, o caráter bibliográfico concede a base teórica necessária para justificar o valor da pesquisa apresentada, uma vez que utilizou-se “categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.”(SEVERINO, 2007).

Discussões

Concepções de contextualização

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, contextualizar refere-se a “integrar num contexto”, ou ainda “prover de contexto”. Já o termo *contexto*, diz respeito à “inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação”. Etimologicamente, o termo deriva-se do latim *contextus,us*, do verbo latino *contexere* que, por sua vez, significa “entrelaçar, reunir tecendo”. Já conforme o Dicionário Interativo da Educação, de maneira geral, contextualizar é “o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação”. Assim, entende-se, a princípio, que contextualizar significa tecer relações entre um determinado conhecimento e às possíveis situações as quais ele possa interligar-se.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ao falar sobre “contextualização”, os autores Pavanello (2004) e Brousseau (1996) procuram esclarecer seu significado no processo de produção de conhecimento. Pavanello, por exemplo, com base em Brousseau (1996), afirma que contextualizar significa apresentar o conteúdo ao aluno por meio de uma situação real que possua elementos que dêem significado ao conteúdo linguístico trabalhado na aula. Para ela, contextualizar é provocar no aluno a necessidade de comunicar algo a alguém, é provocar a necessidade de representar uma situação, discutir sobre essa situação criada e sobre o que está envolvido nela. De acordo com o pensamento de Brousseau (1996), o funcionamento eficaz da contextualização ocorrerá quando, ao responder as situações propostas, o aluno produz um conhecimento que poderá utilizar em outras situações.

Já Antunes (2014) diz que “O contexto é parte – parte de dentro - da ação de linguagem, de maneira que os sentidos pretendidos decorrem também dos elementos contextuais vivenciados.” (ANTUNES, 2014, p.40). Em resumo, Antunes (2014, p.40) defende que “a linguagem é inerentemente *contextualizada*” [grifo nosso], isso porque, como ela bem afirma, “nada do que dizemos – oralmente ou por escrito – acontece em abstrato, fora de uma situação concreta de interação” (ANTUNES, 2014, p.39). Assim, podemos entender que o contexto corresponde à situação social de uso da linguagem, o qual interfere diretamente no sentido da ação de linguagem produzida, tornando-a única e diferenciada conforme o objetivo a que se propõe. Então, Antunes (2014, p.40) complementa ainda que “o contexto é a parte do poder de significação da linguagem”, de forma que “Produzir linguagem é expressar sentidos, é expressar intenções; é viver uma experiência de interação, reciprocamente compartilhada.” (ANTUNES, 2014, p.84).

Para o desenvolvimento das discussões tecidas até este momento, nos apoiamos na concepção *interacionista* da linguagem, ou seja, aquela que consideramos mais pertinente dentro desta temática, considerando as especificidades do atual momento de pesquisas linguísticas que estamos vivenciando no século XXI. Pois, como vimos anteriormente, a partir dessa concepção legitima-se a relevância do desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem *contextualizado* em LP, haja vista que ao explorar as características da língua materna é preciso considerar o caráter interativo da linguagem - isto é, variante conforme o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

contexto - e, associar o estudo gramatical à descoberta de regularidades predominantes em determinados contextos de uso social dessa língua, o que difere totalmente do modelo tradicional de ensino.

Contextualizar o ensino de LP significa contribuir para a formação do educando através de um processo reflexivo interligado à realidade do mesmo, ou seja, é preciso que ele sinta-se representado e motivado à descoberta de novos conhecimentos linguísticos.

Aderindo a essa perspectiva, acreditamos ser possível superar alguns equívocos relacionados ao ensino de língua materna no Brasil, e principalmente no que tange à abordagem gramatical, dentre os quais podemos citar os seguintes, conforme listado por Antunes (2007, p.30):

- Língua e gramática são a mesma coisa; basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso; explorar nomenclaturas e classificações é estudar gramática e a norma prestigiada é a única linguisticamente válida.

Para ultrapassar essas e outras visões, exige-se que o docente de LP possa se desprender da herança grega de estabelecer normas e paradigmas objetivando a manutenção da pureza e/ou homogeneidade da língua. Tal postura do profissional de LP tem sido incentivada desde a publicação da primeira versão dos PCN que data de 1995, cuja orientação é de que o professor privilegie como eixo do ensino os usos orais e escritos da língua, ou seja, o texto. Sendo o texto variável conforme o contexto, interlocutores, intenções discursivas, entre outros aspectos, observa-se, portanto, um apelo à contextualização.

A contextualização a partir da visão dos PCN

Ao se tratar do processo de ensino-aprendizagem em língua materna nas escolas brasileiras, é imprescindível citar as contribuições oferecidas pelos PCN, de Língua Portuguesa, para a transformação da postura docente, mediante o novo contexto que surge no espaço escolar a partir das mudanças ocorridas nas décadas de 70, 80 e 90.

O referido documento foi elaborado com a finalidade de fornecer elementos que possam contribuir para ampliar o debate nacional sobre o ensino dessa área de conhecimento, socializar informações e resultados de pesquisas, levando-as aos professores brasileiros



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(BRASIL, 1998). Além disso, esse material tem por objetivo ser utilizado como referencial para orientar o trabalho escolar, no sentido de contribuir para que todas as pessoas tenham acesso a um conhecimento linguístico que possibilite, mediante a importância desse saber, sua inclusão como cidadãos no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura.

A discussão que surge a partir da proposta dos PCN passou a influenciar tanto a formação dos professores – visto que sugere uma reorientação curricular, mesmo de forma implícita e o tipo de formação que se pretende para esses profissionais – quanto a sua aula e a elaboração de materiais didáticos.

De acordo com os PCN (1998, p.19), “O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade lingüística, são condições de possibilidade de plena participação social.”, portanto, de acordo com este mesmo documento, é função e responsabilidade da escola garantir aos educandos acesso aos conhecimentos linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Assim, os PCN (1998, p.18) propõe ao educador “a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem”, visto que o mesmo documento enfatiza importância do conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais sobre a linguagem enquanto objeto de ensino e/ou aprendizagem (PCN, 1998).

Segundo os PCN (1998, p.20), a linguagem pode ser entendida como uma “ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história.”. A partir dessa citação, verificamos a especificidade do contexto para a linguagem, conforme abordagem interacionista, a qual considera as condições de realização da mesma, ou seja, o caráter discursivo da linguagem. Nessa perspectiva, os PCN (1998, p.20) trazem a seguinte definição de língua

[...] língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender-la é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas aprender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.



Ainda consoante os PCN (1998), a contextualização dos conteúdos se refere a aspectos como: a relação entre sujeito e objeto, o papel do aluno como participante e não como sujeito passivo; o ato de compreender, inventar, reconstruir; a relação com as áreas e com aspectos presentes na vida social, pessoal e cultural do aluno, entre outros. Dentre esses aspectos, os Parâmetros Curriculares Nacionais de LP para ensino fundamental sugerem, com maior ênfase, que o ensino dessa disciplina seja realizado a partir da proposição, em sala de aula, de conteúdos que evidenciem aos alunos as aplicações práticas da língua. Logo, compreendemos que esta proposição implica a preocupação com a mecanização das atividades privilegiadas na forma do ensino tradicional, que de forma descontextualizada, trata o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem.

Todas essas informações, até agora tecidas, convergem para a compreensão de que a consolidação de um processo de ensino-aprendizagem satisfatório em língua materna, envolve muito mais do que a decodificação de signos e a memorização de regras relativas à norma padrão – quando estes procedimentos são realizados em detrimento do reconhecimento das condições de produção do discurso - , mas que é necessário desenvolver um trabalho voltado para a exploração das características de *textos reais*, sejam esses produtos da atividade discursiva oral ou escrita. Portanto, podemos afirmar que os PCN preconizam, como atividade contextualizada, o processo de partir da reflexão produzida pelos alunos para, progressivamente, através da mediação do professor, tornar possível o aprimoramento dos conhecimentos de maneira dialógica.

A contextualização e a teoria do dialogismo de Bakhtin

O desenvolvimento desse estudo, ora apresentado, pauta-se na concepção interacionista da linguagem, a qual a compreende enquanto fenômeno social que nasce da necessidade de interação – política, econômica, cultural, enfim social – entre os homens. Nessa perspectiva, como prevê Bakhtin/Volochinov (1999, p.123) “A verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da



língua”. E, complementa ainda que, é no processo de interação social que a palavra produz significado, pois a fala é de natureza social (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999).

Dito isso, pode-se afirmar que os homens não recebem a língua pronta para o uso, eles adentram na corrente da comunicação verbal e a partir daí, tomam consciência da linguagem. Ensinar a língua portuguesa, a partir dessa concepção, requer que se leve em consideração os aspectos sociais e históricos em que os sujeitos encontram-se inseridos, bem como o contexto de produção do enunciado, visto que é através dos enunciados que o emprego da língua se efetua, sejam eles orais e/ou escritos e, que os seus significados são sociais e historicamente construídos. Sendo assim, a palavra produz sentidos na sua relação com os outros, em seu contexto de produção, pois “toda palavra comporta duas faces. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. [...]”(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p.113). E principalmente, estão sempre carregadas de conteúdo ideológico: elas “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p.41).

Sob esse ponto de vista, o ensino-aprendizagem de LP objetiva aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que estes possam compreender os discursos que os cercam e terem assim, condições de interagir com esses discursos. Para isso, é importante que a língua seja percebida como uma arena Bakhtin/Volochinov (1999), em que diversas vozes sociais se defrontam, manifestando diferentes opiniões. Considera-se aqui, o processo dinâmico e histórico dos sujeitos na interação verbal, na constituição social da linguagem, que ocorre nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, desses sujeitos. Em concordância com este pensamento, ao pensar o complexo processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, os PCN (1998, p.34), abordam

Os sujeitos se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediada pela interação com o outro. [...] É nas práticas sociais, em situações linguisticamente significativas, que se dá a expansão da capacidade de uso da linguagem e a construção ativa de novas capacidades que possibilitam o domínio cada vez maior de diferentes padrões de fala e de escrita.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Logo, percebemos que os PCN de LP vão de encontro às teorias propostas por Bakhtin, visto que consideram o princípio dialógico da linguagem. Para Bakhtin, o dialogismo é um fenômeno que ocorre em todo e qualquer discurso. Sendo a língua concreta e viva, os mais diversos textos encontram-se e interagem entre si na produção de sentidos. Desse modo, o discurso do professor, por exemplo, se encontra com o discurso do aluno, focalizando as interações das vozes no contexto em que estão inseridas, ou seja, na sala de aula. Mas, de que forma essa interação tem ocorrido? O processo de ensino-aprendizagem em língua materna não pode sofrer a ação de imposição de vozes limitantes no que tange às diferenças de estilos e padrões. A sala de aula é um lugar de encontro de diferentes textos/discursos (do currículo, do professor, do aluno, dos gestores, da mídia, das leis...), com os quais os aprendentes mantêm diferentes relações – controle, negociação, compreensão, concordância, discordância, debate. Nesse espaço, a aprendizagem é uma atividade social de construção em conjunto, resultante das trocas dialógicas, porque o sujeito é constitutivamente dialógico (BAKHTIN, 1999).

Diante disso, pode-se registrar o seguinte questionamento: Como desenvolver satisfatoriamente uma aula contextualizada? Vejamos o seguinte exemplo: O tema *substantivo* é trabalhado, geralmente, no início do ensino fundamental, repete-se no 6º ano, durante o segundo ciclo, e há algumas recorrências, para aprofundamento do conhecimento, durante o ensino médio. Apoiando-se numa concepção de gramática normativa, provavelmente, o docente entenderá o referido conteúdo apenas como um conceito gramatical, começando a abordar a sua definição, conforme indicado pela gramática, e suas possíveis classificações. Posteriormente, será feito um *exercício* para a memorização das regras de classificação e identificação dessa classe gramatical em frases ou em um texto, sendo que nesse último caso o texto entra apenas como um aporte para a exploração puramente gramatical, portanto desconsiderando-se toda a teia de sentidos desenvolvida para a produção do mesmo.

Ao se propor uma aula contextualizada, em Língua Portuguesa, espera-se que o docente perceba a importância de desenvolver um percurso diferenciado, ou seja, partir do uso dos conhecimentos linguísticos presentes no texto para, posteriormente, tornar o aluno apto a perceber a funcionalidade de determinados procedimentos da construção verbal e assim possa



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

construir o conceito com base na sua percepção/aprendizado. Deste modo, examinemos a seguinte proposta: (inicialmente) Mediar uma discussão com a turma sobre comidas saborosas promovendo a eleição, através de votação, da comida preferida pela maior parte da turma; Trazer a receita dessa comida para sala, procurando saber se a turma conhece alguma variação da mesma; Explorar a estrutura do gênero textual e sua funcionalidade; (posteriormente) verificar a listagem dos ingredientes utilizados e favorecer, através de discussão, a percepção de nomenclatura (os ingredientes são nomes de produtos, portanto são substantivos); Explorar a função da listagem de ingredientes para a receita e identificá-los na seção *modo de fazer*; Propor o jogo de STOP (pois, nele também é preciso listar nomes), com as seções: *pessoas, animais, comidas, cidades e sentimentos*; Posteriormente, solicitar que cada aluno da turma pesquise com membros da família a receita de uma das comidas que ele citou durante a brincadeira, para socialização em roda de apresentação textual; Durante a apresentação dos textos, realizar indagações que permita investigar se a turma conseguiu inferir que os nomes (não só de comidas, como foi possível perceber no jogo) são chamados de substantivos; Recorrer ao jogo para mostrar algumas diferenças entre os substantivos de acordo com suas características (próprio, comum, abstrato etc.) Esse exemplo de aula propõe um percurso de abordagem gramatical que difere do ensino tradicional, ou seja, permite ao aluno refletir sobre um determinado uso linguístico para compreender o seu funcionamento dentro da língua.

Conclusões

Antunes (2003), ao abordar os princípios fundamentais que norteiam os eixos do ensino de Língua Portuguesa: a leitura, a escrita, a oralidade e a gramática, nos leva a perceber que o ensino de LP predominante nas escolas, não leva em consideração a interação e, portanto, não valoriza os contextos sociolinguísticos dos alunos (as), não permite que estes(as) possam refletir sobre sua própria língua e interagir com o mundo. Desse modo, assumir uma concepção interacionista da língua é o primeiro passo para que as prioridades das aulas de LP sejam redirecionadas e, os saberes classificatórios, metalinguísticos, deixem de protagonizar as práticas de ensino de LP, dando lugar à língua em uso.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Como visto anteriormente, durante muito tempo, distante dessa concepção interacionista da linguagem, o ensino de Língua Portuguesa foi ministrado por meio de conteúdos legitimados no âmbito de uma classe social dominante e pela tradição acadêmico-escolar. Através desses conteúdos, entretanto, não se conseguiu universalizar o domínio das práticas linguísticas, notadamente as referentes à norma padrão, que constitui a norma legitimada e prestigiada no contexto da sociedade brasileira. E por meio deles foram estigmatizadas as práticas linguísticas trazidas pelos alunos das classes populares. Ainda hoje, em muitos contextos de ensino, ainda é seguida uma perspectiva de linguagem que não privilegia a articulação entre os conteúdos, a história, o sujeito e o contexto.

Porém, a ideia de contexto, por exemplo, para os conteúdos de LP não pode ser compreendida como apenas elementos que o professor considera como fazendo parte do cotidiano do aluno. Embora as situações do dia-a-dia tenham grande importância no sentido de favorecer a construção de significados para muitos conteúdos a serem estudados, faz-se necessário considerar a possibilidade de construção de significados a partir de questões internas da própria língua portuguesa, caso contrário, muitos conteúdos seriam descartados por não fazerem parte da realidade dos alunos. Assim para evitar equívocos, a ideia de contexto deve partir do diálogo entre os conteúdos a serem estudados (o discurso da escola) e os discursos presentes no cotidiano dos alunos (as).

Portanto, na atualidade, conforme defende Antunes (2014) o ensino de LP deve atender às reais necessidades de interação nas diversas práticas escolares, visto que a linguagem é resultado da interação, real, situada, carregada de sentido, intenção e é provocada pela presença efetiva de sujeitos reais – gente, pessoas, sujeitos. O estudo de língua materna, sob esse enfoque, deve propiciar ao aluno a reflexão sobre as normas de uso das unidades da língua, a leitura, a produção escrita e oral, percebendo como elas são combinadas para produzirem determinados efeitos, profundamente vinculados a contextos sociais e adequados às finalidades pretendidas pelo ato da linguagem e necessidade de interação.

Referências bibliográficas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ANTUNES, Irlandé. **Aula de Português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da Gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiros e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BROSSEAU, Guy. **Os diferentes papéis do professor.** Artes Médicas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2010.

HOUAISS, Instituto Antonio [Org.]; VILAR, Mauro de Salles [Ed.] **Dicionário Houaiss Conciso.** São Paulo: Moderna, 2011.

PAVANELLO, Regina Maria. **Contextualizar: O que é isso?** Paraná: Manomi, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

Referências eletrônicas

GUERREIRO, Carmen. **Ensino médio reprovado.** Revista Escola Pública. Ed. 45, jun/jul 2015. Disponível em < <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp> > Acesso em: 10 de março de 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Contextualização" (verbetes).** *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.* São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em < <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=55> > Acesso em 10 de março de 2015.

SALOMÃO, Lucas. **529 mil alunos ficaram com zero na redação do Enem 2014, diz MEC.** Disponível em < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/529-mil-alunos->



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

[obtiveram-nota-zero-na-redacao-do-enem-2014-diz-mec.html](#) > Acesso em 10 de março de 2015.

_____. **Confira o ranking dos países com melhor desempenho no Pisa.** Disponível em < <http://www.ebc.com.br/educacao/2013/12/ranking-do-pisa-2012> > Acesso em 10 de março de 2015.